



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640302 - SP (2021/0014534-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : VICTOR HUGO ANUVALE RODRIGUES
ADVOGADO : VICTOR HUGO ANUVALE RODRIGUES - SP331639
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ELTON ROGERIO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ELTON ROGERIO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2287231-52.2020.8.26.0000).

O paciente foi condenado à pena de 5 anos de reclusão em regime inicial fechado, como incurso no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta que não teria sido apresentada fundamentação idônea para negar ao paciente o direito de recorrer em liberdade, reputando ausentes as hipóteses autorizadoras da segregação antecipada.

Argumenta, ainda, que a quantidade de pena aplicada ao paciente e sua primariedade permitiriam a mitigação para o modo inicial semiaberto.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja permitido ao réu recorrer em liberdade e seja fixado o regime inicial semiaberto para desconto da reprimenda.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 634.122/SP.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência